

O mercado de trabalho no Brasil: uma breve análise da relação entre renda do trabalho e escolaridade no ano de 2014

Otávio Junio Faria Neves¹
Ana Márcia Rodrigues da Silva²

Resumo

Conforme os pressupostos da Teoria do Capital Humano, a educação tem influência determinante na renda do trabalhador. Isso possibilita uma melhora nas suas habilidades e na produtividade. O resultado pode ser evidenciado no aumento da renda. Diante deste pressuposto, este estudo tem como objetivo verificar se os trabalhadores brasileiros que possuem maior nível de escolaridade auferiram maior renda por meio do trabalho no ano de 2014. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. Com os dados organizados foram feitas frequências relativas e com isso foram elaborados gráficos e tabelas para a formulação dos resultados. Os principais resultados mostram que não se pode afirmar que existe uma condição necessária entre maior escolaridade e maior renda do trabalho.

Palavras-chave: Teoria do Capital Humano; Escolaridade; Renda.

Abstract

The work market is important because it fosters both the growth and economic development of a country. The aforementioned market revolves around purchase and sale of labor, where workers and businessmen establish trade. Within a set of productive transformations to reach a higher competitive power in the work market, the research targets at analyzing the relation between the workers educational background and their income. To do so, data from the National Research of Samples and Homes from 2014 have been used. With the data, "relative frequencies" were made and graphic analysis and charts were used to find the results. The main results show that there is no co-relation between a higher educational background and income.

Keywords: labor market; educational background; income.

1. Introdução

O capital humano vem sendo adequado de acordo com as necessidades de cada período e com o início do regime capitalista esse tema ganha uma grande importância. Diante disso, o tema passa a ser debatido por diversos autores que o enxergam com diferentes concepções. É a partir de 1950 que Schultz formaliza a Teoria do Capital Humano, na qual coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir em capacitação do indivíduo como uma decisão individual ou dos grupos interessados em melhorar ou aumentar a produtividade. Com isso, diversos autores começam a mostrar a importância do capital humano para o crescimento econômico.

¹ Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e graduando em Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria pela mesma universidade. Email: otavionevescg@hotmail.com

² Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Email: anamarcia.rodrigues@gmail.com

Recebido em junho de 2017 e aceito em julho de 2018.

O nível de escolaridade da população brasileira tem evoluído ao longo do tempo e a educação é evidenciada na literatura como variável importante para o desempenho do trabalhador, enquanto membro atuante do mercado de trabalho. Desta maneira ressalta-se a influência do nível educacional sobre o rendimento dos trabalhadores, destacado pelos defensores da Teoria do Capital Humano. Ao contrário, autores como Pochmann (2004) e Letelier (1999), afirmam não haver uma relação tão nítida entre escolaridade e renda. Mediante a isso, esta pesquisa tem como objetivo verificar se os trabalhadores brasileiros que possuem maior nível de escolaridade auferiram maior renda por meio do trabalho no ano de 2014.

O problema fundamental desta pesquisa consiste em buscar respostas sobre: os trabalhadores brasileiros que auferiram maior renda do trabalho no ano de 2014 possuem maior renda do trabalho? Inicialmente, supõe-se que esta não é uma condição necessária. A fim de explicar isto, utiliza-se um conjunto de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014, com análise entre grupos distintos de trabalhadores. A metodologia utilizada se dá por meio da análise descritiva dos dados e da estimação de frequências relativas dos dados coletados, com posterior elaboração de gráficos e tabelas para o entendimento dos resultados.

Para melhor atender ao objetivo do estudo, a pesquisa é apresentada em quatro partes, além desta introdução. Na primeira seção é apresentado o referencial teórico no qual serão abordados aspectos teóricos sobre o mercado de trabalho, agregando-se uma discussão sobre a Teoria do Capital Humano. Na sequência apresenta-se a metodologia de análise seguida da análise de resultados. Nesta parte, procura-se entender a relação entre a educação e da renda, incorporando-se outras importantes variáveis. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, destacando-se as principais conclusões da pesquisa.

2. Mercado de trabalho

De acordo com Souza e Souza (2012), com o início do sistema capitalista, no qual os meios de produção e o capital são propriedade privada, e com a decorrente utilização do trabalho assalariado em uma maior escala, surge o mercado de trabalho como um agente fundamental no funcionamento da economia. O mercado de trabalho é um considerável indicador da atividade econômica e, em vista disso, é importante para o crescimento e desenvolvimento de certa localidade. A seguir realiza-se uma análise mais detalhada sobre o funcionamento do mercado de trabalho. Para tanto, são ressaltadas as vertentes teóricas mais enfatizadas pela literatura econômica.

2.1. Funcionamento do mercado de trabalho

Nas palavras de Chahad (2004), o mercado de trabalho é definido como “a compra e venda de serviços de mão de obra, representando um *locus* onde trabalhadores e empresários se confrontam” (CHAHAD, 2004, p.381). Durante a negociação as partes determinam os níveis de salários e emprego, as condições de trabalho e as outras relações entre capital e trabalho.

De acordo com a abordagem econômica convencional, as firmas e os trabalhadores individuais escolhem e agem de forma ótima. Todos são perfeitamente informados sobre os preços. Não há obstáculos aos ajustes dos salários nominais,³ o mercado se auto-equilibra (FROYEN, 1996, p.49). O salário pode ser definido como “o conjunto de renda que recebem os trabalhadores, em dinheiro ou em espécie, pela prestação de seus serviços para terceiros” (MOCHON, 1994, p.113). Nesta abordagem, os salários são determinados em um mercado mediante a ação conjunta de oferta e demanda.

Na demanda por trabalho as firmas são compradoras de mão de obra e produzem as mercadorias. Tais firmas trabalham em um mercado de concorrência perfeita,⁴ no qual um grande número de empresas não consegue afetar o preço do produto que vendem e nem mesmo os preços dos fatores, neste caso, o fator trabalho. Tais firmas estão dispostas a pagar salários até o ponto em que a taxa salarial se iguala a produtividade marginal do trabalho. Quanto à oferta de trabalho, segundo Stiglitz e Walsh (1993), os clássicos fundamentam que a opção entre lazer e consumo é uma das formas que os economistas explicam os critérios para a sua constituição. Com isso, esse modelo explica a decisão sobre quanto trabalho ofertar, com base na escolha entre lazer e consumo.

No intuito de consumir mais,⁵ o indivíduo necessita trabalhar mais. Com isso ele precisa abdicar do lazer. Para que possa ter mais tempo de lazer, deve renunciar ao consumo, porque trabalhando menos horas ganha-se menos dinheiro (STIGLITZ, WALSH, 1993, p.143). Ainda conforme Stiglitz e Walsh (1993),

As decisões de oferta de trabalho dependem do salário real, ou seja, é o salário nominal corrigido pelo preço e bens de consumo. Quando o salário real cresce, os indivíduos ficam em situação melhor, esse efeito renda induz a trabalhar menos. Contrabalançando isso ocorre o efeito substituição, o retorno mais alto do trabalho é um incentivo para trabalhar mais horas. O efeito substituição deixa claro que um aumento do salário real torna o lazer mais caro em termos de renúncia

³ Representa a quantia atribuída pelo cargo que ocupa o trabalhador, ou seja, é aquele salário definido em contrato.

⁴ Segundo Mochon (1994) um mercado em concorrência perfeita é “aquele no qual existem muitos compradores e muitos vendedores, de forma que nenhum comprador ou vendedor individual exerce influência sobre os preços”.

⁵ Os autores Stiglitz e Walsh (1993) ressaltam que um aumento de renda nem sempre se transfere de imediato para o consumo, ou seja, a pessoa deve optar em gastar sua renda agora ou em um futuro próximo.

da renda e tende a aumentar a oferta de trabalho. Já o efeito renda produz um aumento do salário real, o que faz com que a renda do trabalhador aumente. Isso o incentiva a optar pelo lazer (STIGLITZ, WALSH, 1993, p. 144).

O Modelo Clássico assume que o efeito substituição⁶ é maior que o efeito renda,⁷ ou seja, um aumento no salário real (W/P) leva a um aumento da oferta de trabalho (N^s). Assim sendo, a demanda de trabalho é representada pelo número de trabalhadores, os quais as firmas estão dispostas a contratar a cada nível de salário. Já a oferta de trabalho é o número de trabalhadores empenhados em oferecer seu tempo para efetuar um trabalho, segundo o nível de salários.

2.2. Teoria Geral de Keynes

John Maynard Keynes publicou seu livro *Teoria Geral do Emprego dos Juros e da Moeda* em 1936 e foi um marco para a Macroeconomia. Essa teoria contrariou a teoria clássica, ou seja, foram feitas críticas ao modelo clássico, ressaltado anteriormente. De acordo com Sicsú (1999), "Keynes rejeitou a teoria do emprego da velha economia clássica. Rejeitou a utilização da tesoura marshalliana⁸ aplicada ao mercado de trabalho como instrumento útil à determinação do nível de emprego".

As curvas de oferta e demanda por mão de obra da tesoura marshalliana são sustentadas, segundo Keynes, por dois postulados da velha economia clássica. Segundo Keynes (2009), a curva de demanda de trabalho deriva do primeiro postulado, no qual "o salário é igual ao produto marginal do trabalho, ou seja, o salário de um indivíduo empregado é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade".

Segundo Sicsú (1999), "esse primeiro postulado é associado à hipótese de retornos marginais decrescentes. Assim obtém-se uma curva de demanda por trabalho (N^d) negativamente inclinada no plano salário real⁹ (W/P) x nível de emprego (N)". Esse primeiro postulado foi aceito por Keynes. O segundo postulado clássico foi recusado por Keynes, no qual a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego. Os motivos que levaram Keynes a recusar o segundo postulado foram:

- i) Trabalhadores não podem determinar o salário real, mas simplesmente têm influência sobre a determinação do salário nominal,

⁶ Os consumidores tenderão a comprar mais de uma mercadoria que tenha ficado relativamente mais barata e menos de uma mercadoria que tenha se tornado mais cara.

⁷ Sofrem um aumento no seu poder aquisitivo real quando o preço de um certo produto diminui.

⁸ A tesoura marshalliana reconhece o papel da oferta e da demanda na determinação de preços e quantidades.

⁹ Corresponde ao poder de compra de bens e serviços, ou seja, o salário real se refere ao poder de compra do salário nominal em termos de bens e serviços. Onde W corresponde ao salário nominal e P corresponde ao nível de preço.

já que os preços dos bens-salário (*wage-goods*) são determinados exclusivamente pelos empresários e ii) trabalhadores não abandonam seus empregos quando há uma queda nos salários reais --- ainda que fossem capazes de determinar o salário nominal em função de um nível esperado de preços durante o processo de barganha. A rejeição ao segundo postulado conduziu Keynes a negar a existência da curva clássica de oferta de trabalho positivamente inclinada. (SICSÚ, 1999, p. 90-1).

Sicsú (1999 apud AMADEO, 1998, p. 311), descreve que o fato “é que Keynes não rejeitou a existência de qualquer função oferta, mas simplesmente negou a função clássica, dado que o comportamento dos trabalhadores não satisfaz essa curva”. Continuando o pensamento de Sicsú (1999 apud AMADEO, 1998, p. 312), Keynes supôs que implicitamente que os trabalhadores preferirão trabalhar a não trabalhar, e que eles irão se “ater” a um contrato (que especifica salário nominal e jornada de trabalho) para uma gama infinita de salários reais, isto é, trabalhadores irão manter seus empregos nos termos fixados nos contratos mesmo diante de uma queda do salário real.

Os trabalhadores não têm a opção entre trabalhar e não trabalhar, a maioria deles não pode usufruir desta escolha, pois muito trabalham por uma questão de sobrevivência. Esse fato pode explicar o motivo dos trabalhadores pobres realizarem trabalhos precários, nos quais são mal remunerados.

2.3. Teoria do Capital Humano

Discutidos os conceitos básicos sobre o funcionamento do mercado de trabalho, é útil ressaltar brevemente a vertente teórica predominante na economia para explicar os rendimentos do trabalhador. Essa vertente é denominada Teoria do Capital Humano. Existem várias denominações da Teoria do Capital Humano entre os principais pensadores da Economia. Contudo, podemos simplificar um pouco o conceito ao considerar que, para essa Teoria, a educação tem influência determinante na renda do trabalhador, melhora as habilidades e a produtividade, e o resultado de tudo isso pode ser evidenciado no aumento da sua renda. Silva (2009) diz que “a Teoria do Capital Humano é àquela que prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social”.

O marco da Teoria do Capital Humano aconteceu em um grupo de estudos da Universidade de Chicago coordenado por Theodore Schultz, com Gary Becker e Jacob Mincer. Foi por meio desse estudo que o especialista em economia agrária Theodore Schultz formalizou a Teoria. Kelniar (2013) afirma que “Schultz coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar ou aumentar a produtividade”.

Os donos do capital humano seriam os trabalhadores. Cada um tem suas habilidades e, por isso, não podem se separar, e quanto maior conhecimento eles tiverem maior será sua produtividade. O investimento em educação se torna essencial para o trabalhador, ou seja, a expectativa de retornos é grande. Com isso a educação transforma-se em algo negociável. Kelniar (2013, p.43) cita que “para a educação resultar em crescimento econômico, Schulz expressa que os investimentos devem ser de boa qualidade e corretos”.

Para Schultz educação é um meio de investimento para o desenvolvimento de uma nação. Segundo Silva (2009), a “educação é fundamental para criar e aumentar o capital humano”. É o processo educativo que produzirá algumas atitudes e conhecimentos para capacitar para o trabalho. Nesse contexto, a educação é exaltada como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição social de renda. No entanto, as questões relacionadas às diferenças de classes são deixadas de lado, pois, nesta perspectiva, quem não conseguiu uma posição social melhor acaba sendo autorresponsabilizado pela própria condição. Com relação a este ponto Frigotto (1993, p.41) relata que

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

As críticas a esta Teoria foram feitas por diversos marcos teóricos. Seguindo a tradição neoclássica, as características da oferta determinam a produtividade, porém os conhecimentos adquiridos no sistema escolar não são suficientes para determinar essa produtividade. Letelier (1999) cita que os dados mostram que a relação entre nível de escolaridade e renda está debilitada no mercado de trabalho. O nível de escolaridade dos indivíduos tem pequena influência em seu rendimento. Quando se associam anos de estudo a categorias do mercado de trabalho, as análises demonstram que a escolaridade não é um fator determinante para o desempenho de algumas funções.

Pochmann (2004) relata que, quanto à questão da escolaridade, percebe-se que as taxas de desemprego se elevaram a um ritmo mais rápido justamente para os níveis de maior escolaridade entre 1992 e 2002. Para as parcelas com 14 anos de estudos, a desocupação cresceu 76,9%, três vezes mais que o ritmo de crescimento do desemprego para os segmentos educacionais com até três anos de estudo. O relato de Pochmann (2004) contraria a teoria do capital humano, pois diante da elevação dos níveis de escolaridade, em um cenário de estagnação econômica, menor investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho, isso acaba

demonstrando que a educação é insuficiente para uma crescente geração de trabalho. A respeito da Teoria do Capital Humano, Silva (2009) afirma que,

A Teoria do Capital Humano coloca-se como mascaradora, pois, coloca o investimento na educação como um fator predominante para levar uma pessoa a se desenvolver financeiramente e a levar o seu país a crescer também. Não queremos dizer que seja ruim o investimento na educação e que isso não promova uma mobilidade social, o que queremos ressaltar é que sob a ótica desta teoria a educação é colocada como panaceia para a sociedade, é vista como atividade que pode e tem a função de sanar todos os problemas sociais. E fazendo isto, depositando na educação a função de sanar todos os males da sociedade, os verdadeiros problemas que causam a desigualdade são deixados de lado (SILVA, 2009, p. 522).

Essa teoria deposita na educação o aspecto determinante para a produtividade do indivíduo, mas, com isso, oculta a desigualdade social e tenta esconder a verdadeira realidade. Os verdadeiros objetivos da Teoria do Capital Humano não são demonstrados na área da educação, pois para muitos é um fator essencial no desenvolvimento econômico do país (FRIGOTTO, 1993 apud SILVA, 2009). Com as discussões sobre a Teoria do Capital Humano, pode-se observar que os autores a favor da teoria explicam que o resultado da educação pode ser analisado na renda do trabalhador. Por outro lado, outros autores revelam o contrário. Ainda que o mercado de trabalho exija uma mão de obra mais escolarizada, não se pode concluir que a educação aumenta o nível salarial.

2.4. Breve caracterização do mercado de trabalho no Brasil

Diante das críticas à Teoria do Capital Humano, neste trabalho, verifica-se a relação entre escolaridade e salário no Brasil. Para tanto, cabe discutir um pouco sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Ao se tratar de trabalho é preciso considerar os aspectos importantes do processo de formação e das relações de trabalho no país. Segundo Dedecca (2005), "o primeiro aspecto a ser tratado diz respeito ao movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre". Isto é, do estabelecimento do mercado de trabalho a partir de meados do século XIX. As características desse processo explicam a recorrente abundância de força de trabalho disponível para o processo de industrialização conhecido pelo país durante o século XX. Nesse momento o Brasil passava por uma mudança na conjuntura política, ocorrendo uma transformação política e social. Segundo Theodoro (1998, p. 92), "durante todo o período, a economia brasileira continuava organizada em torno da produção de artigos tropicais (café, açúcar, algodão) para o mercado europeu."

A transição da escravidão para o trabalho livre começou quando foi decretada a abolição da escravidão no ano de 1888. A partir do processo de

transição o país começa a sofrer grandes mudanças, os anos de 1930 é marcado pelas grandes transformações sociais e econômicas, onde os suportes para que isso ocorresse eram a urbanização e a modernização econômica. Nesse período, a já existente indústria brasileira, começa a ser base para o crescimento da economia, por consequência da crise da exportação e pelas ações estatais implementadas pelo governo Vargas (HOFFMANN, 1980 apud THEODORO, 1998).

Duas diferentes dimensões de problemas abrangiam o mercado de trabalho no final da década de 1980. A primeira estava relacionada à permanência de problemas de mercado de trabalho tradicionais em economias periféricas, como: (a) taxa ainda comprimida de assalariamento, (b) baixos salários, (c) alta informalidade e (d) elevado subemprego (POCHMANN, 1998).

O mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990 passou por novos problemas, com as profundas transformações da economia do país. O mercado apresentou desestruturação e uma onda de desemprego que o país nunca tinha conhecido. Neste mesmo ano, o Brasil apresentou uma melhora nos seus índices educacionais, a taxa de analfabetismo teve uma queda e os níveis de escolaridade dos indivíduos cresceram, mas não foi um aumento significativo. Mas, com a crise do desenvolvimento da economia brasileira que acontecia neste ano, o mercado de trabalho ficou ainda mais degradante.

O mercado de trabalho introduziu um método muito desfavorável para a sociedade ao excluir os pobres. Além disso, evidenciou-se a discriminação nesse mercado, ao dividir as pessoas por faixas etárias, gênero e raça. Nesse contexto, o nível de escolaridade passou a ser enfatizado para ampliar as chances de emprego. No entender de Menezes-Filho (2001, p. 8) “é inegável que os jovens oriundos de famílias mais ricas tendem a ter mais anos de estudo, por terem maiores condições de arcar com os custos diretos e indiretos da educação.”. Os jovens que fazem parte de famílias com um poder aquisitivo maior, tem maior ingressos nos trabalhos assalariados (77,1%), visto que 49% dos jovens ricos que exerce algum tipo de trabalho, possuem contrato formal no mercado de trabalho. Já os jovens oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, apenas 41,4% possuem empregos assalariados, sendo que 26% dos assalariados possuem contrato formal (POCHMANN, 2004).

De acordo com Curi e Menezes-Filho (2006), nos anos de 1984 e 2000, houve um aumento importante das transições para o setor informal e para o desemprego entre os trabalhadores com nível intermediário de educação. A queda na transição para o setor formal prejudicou principalmente os mais jovens e mais escolarizados, e a elevação nas transições para o desemprego prejudicou os trabalhadores de maior idade.

3. Metodologia

Neste trabalho, foi utilizada como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014. A PNAD é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e tem como finalidade obter informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, bem como as características dos domicílios, tendo como unidade de coleta os domicílios em todo território nacional. A PNAD possui suas informações distribuídas nos arquivos de pessoas e domicílios. Neste trabalho, foram utilizadas as informações individuais do arquivo de pessoas.

Para estabelecer uma relação mais completa entre escolaridade e renda do trabalho, além das variáveis renda do trabalho e anos de estudo, foram incorporadas nesta pesquisa as seguintes variáveis: raça, sexo e posição de ocupação. Entende-se que estas variáveis são importantes para uma análise mais minuciosa sobre o assunto. É importante ressaltar que o estudo foi realizado para pessoas com idade maiores ou iguais a 15 anos selecionadas do Brasil como um todo. Além disso, nota-se que o salário mínimo dos trabalhadores em 2014 era equivalente a R\$724,00. Com isso, foram criadas cinco classes de rendimento mensal, conforme o número de salários mínimos:

- 1) < R\$ 724,00 (menor que um salário mínimo);
- 2) ≥ R\$ 724,00 e < R\$ 2.172,00 (de um a três salários mínimos);
- 3) ≥ R\$ 2.172,00 e < R\$ 4.344,00 (de três a seis salários mínimos);
- 4) ≥ R\$ 4.344,00 e < R\$ 6.516,00 (de seis a nove salários mínimos);
- 5) ≥ R\$ 6.516,00 (maior ou igual a nove salários mínimos).

A organização do banco de dados foi realizada por meio do programa estatístico STATA. Logo, com a tabulação de dados concluída, foram estimadas as frequências relativas das variáveis estudadas. A frequência relativa é aquela é definida como a razão entre a frequência absoluta e o número total de observações.

$$Fi = \frac{fi}{\sum fi} \quad (1)$$

No qual:

Fi é o termo que se refere à frequência relativa

fi refere-se à frequência absoluta

A análise de descritivas dos dados foi organizada por meio da elaboração de gráficos e tabelas. Nessa análise foram elaborados quatro tipos de gráficos: barra, coluna, linha e dispersão.

4. Análise da relação entre renda do trabalho escolaridade

De acordo com Letelier (1999), o mercado de trabalho está demandando mão de obra mais escolarizada para o desempenho no trabalho. Porém, se fosse correta esta afirmativa, deveria estar ocorrendo certo grau de homogeneidade em determinadas ocupações. Mas, quando se relaciona anos de estudos às categorias correspondentes da estrutura do mercado de trabalho, a análise dos dados mostra que a escolaridade não é uma condição determinante para o desempenho de certos serviços, o que questiona a hipótese. Esse questionamento nos relata que a escolaridade tem influência na renda do trabalhador.

Diante do questionamento da hipótese, procura-se responder o problema analisando os dados da população brasileira em relação à renda e aos anos de estudo em diferentes categorias. É importante notar que a renda do trabalho aqui analisada foi destacada na seção sobre o funcionamento do mercado de trabalho como salário nominal, obtido da relação entre capital e trabalho com intervenção do Estado. A relação de renda, isto é, salários nominais dos trabalhadores e anos de estudo do Brasil pode ser visualizada no gráfico abaixo para o ano de 2014.

Gráfico 1 - Brasil: renda do trabalho versus anos de estudo para o ano de 2014



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

Ao observar o Gráfico 1, identifica-se que a maioria dos indivíduos que concluíram o ensino fundamental¹⁰ (46%) obteve uma renda mensal maior que nove salários mínimos. Por sua vez, 36,2% dos indivíduos com esta escolaridade auferiram renda do trabalho entre um e três salários mínimos. A predominância de renda entre as pessoas que concluíram ou estão cursando o ensino médio¹¹ foi de um a três

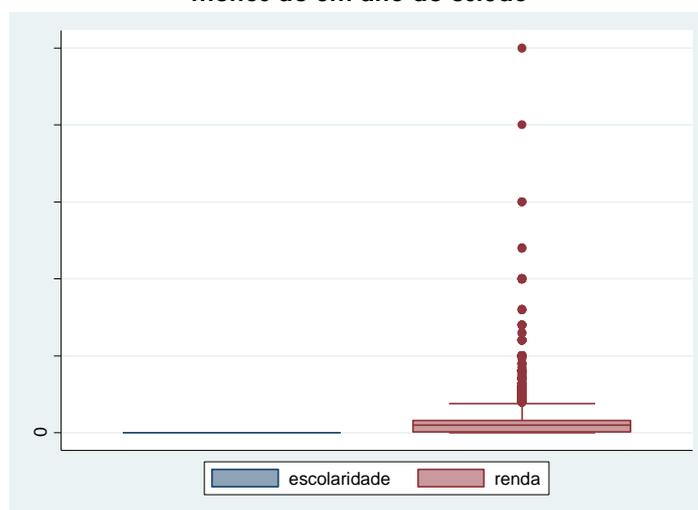
¹⁰ Ensino Fundamental completo corresponde a nove anos de estudo.

¹¹ Ensino Médio Completo corresponde a três anos de estudo.

salários mínimos. Vale ressaltar que 50,8% de indivíduos com 11 anos de estudos ganhavam de um a três salários. Em relação às pessoas com 12 e 13 anos de estudos completos a porcentagem era menor. Estes percentuais foram de 44,9% e 43,9%, respectivamente. A variável renda foi classificada entre 1 a 15 salários mínimos, também vale enfatizar que a maior parte da população possui menos de 10 anos de estudo.

Quanto às pessoas com ensino superior¹², observa-se que 43,7% auferiram renda entre um a três salários, e 30,5% auferiram renda maior que nove salários. Destaca-se que 35,6% dos indivíduos que tinham 15 anos ou mais de estudo, detinham de uma renda maior que nove salários mínimos. Nesta faixa de anos de estudo havia um crescente número de pessoas 22,4% obtendo uma renda de três a seis salários mínimos. Ademais, os dados mostram que 58,3% das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo tinham uma renda maior que nove salários mínimos. Com base em tabulações dos dados, percebeu-se que este fato foi motivado em parte pela concentração de trabalhadores conta-própria e trabalhadores agrícolas com estas características. Além disso, verifica-se que a maioria estava concentrada na faixa até R\$ 5.000,00, conforme pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2- Renda do trabalho versus anos de estudo para trabalhadores sem instrução ou com menos de um ano de estudo



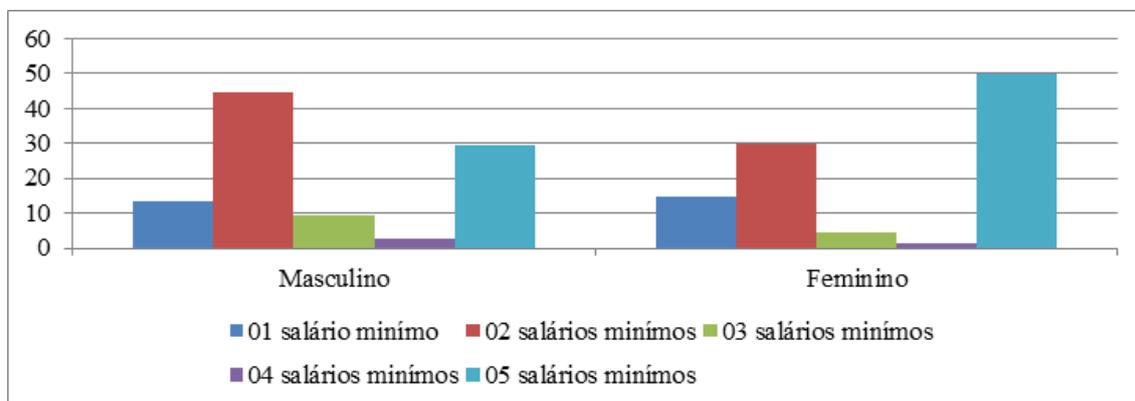
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

No mercado de trabalho, o sexo e a cor da pele afetam as oportunidades das pessoas, por consequência dessa discriminação que o mercado impõe, as mulheres e os negros saem prejudicados. As mulheres concentram-se em poucos setores econômicos, principalmente em serviços, ocupações de menor remuneração e nível de responsabilidade. Por meio de uma análise descritiva serão apresentados dados da

¹² O Ensino Superior é evidenciado a partir de 14 anos de estudo.

relação entre renda e escolaridade em diferentes categorias, como sexo, cor da pele e ocupações no mercado de trabalho. Na representação abaixo será analisada a relação da renda entre os sexos masculino e feminino.

Gráfico 3 – Renda do trabalho conforme o sexo (percentuais)

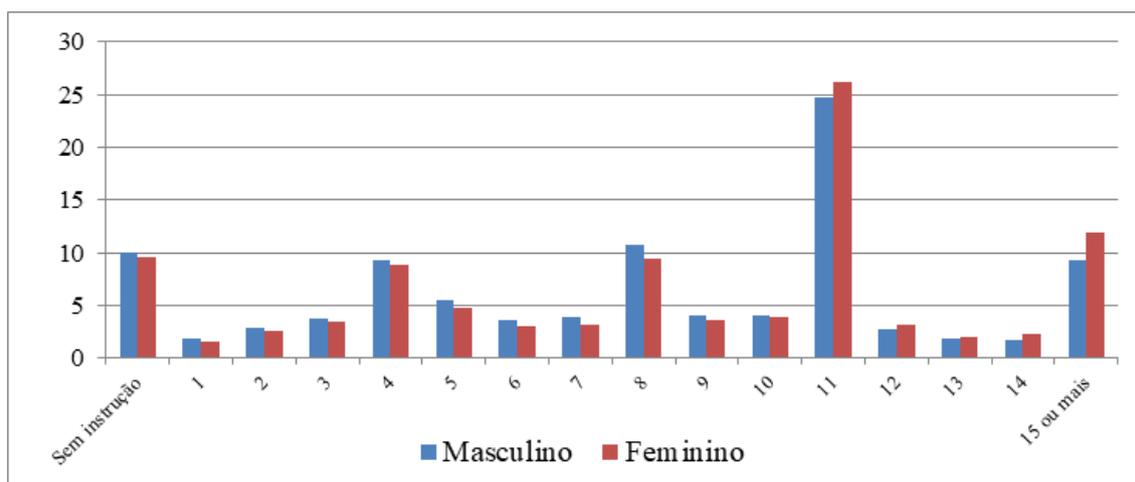


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

No Gráfico 3, pode-se observar que 14,8% das mulheres obtiveram em 2014 uma quantia menor que um salário mínimo. Em relação aos homens, 13,5% receberam esse mesmo valor. Em contrapartida, 50,0% das mulheres auferiram renda maior que nove salários mínimos, enquanto 29,6% dos homens obtiveram esse valor. Em todas as demais categorias de renda, o percentual de homens foi maior que o de mulheres. Pode-se destacar que 44,8% de homens estavam na faixa de renda mensal de um a três salários mínimos. Na mesma faixa, havia 29,7% de mulheres. Existiam ainda 9,5% dos homens que auferiram renda do trabalho de três a seis salários e 4,2% de mulheres na mesma faixa. E por último, 2,6% dos homens e 1,2% das mulheres ganhavam de seis a nove salários mínimos.

A renda média do trabalho obtida pelos homens foi de R\$ 1.811,74, enquanto a renda média obtida pelas mulheres foi de R\$ 1.298,17. Nota-se com isso que a renda média dos homens foi maior que a renda média das mulheres. Após a análise da renda entre os sexos masculinos e femininos, no Gráfico 3, será analisada a relação dos anos de estudos de ambos os sexos.

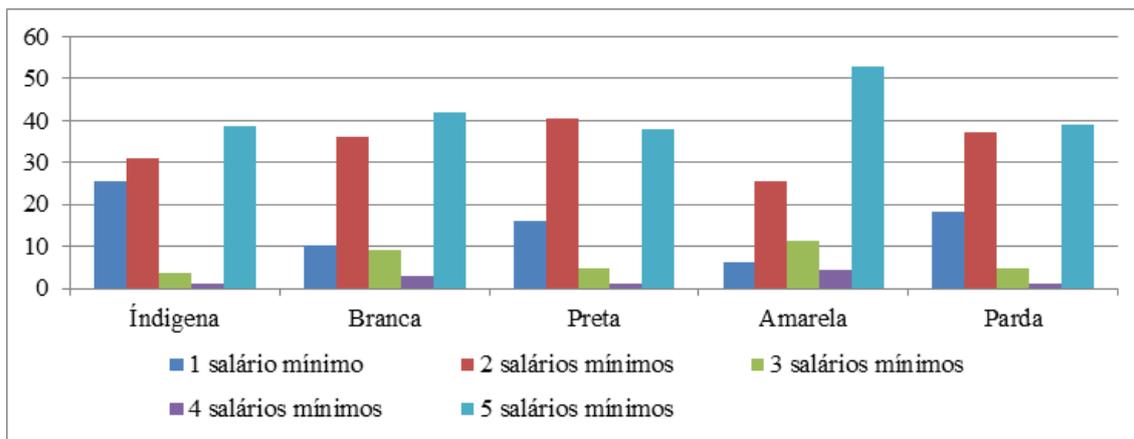
Gráfico 4 - Anos de estudo segundo o sexo (percentuais)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

Em toda a análise dos anos de estudo entre ambos os sexos pode-se verificar que as mulheres eram mais escolarizadas que os homens. Isso pode ser evidenciado nas escolaridades médias de ambos os sexos, em que as mulheres tinham uma escolaridade média de 9,3 anos de estudo e os homens de 8,9 anos de estudo. Vale observar que houve uma diferença de quase dois pontos percentuais entre os gêneros na faixa de 11 anos de estudo, ou seja, existiam 26,2% de mulheres com 11 anos de estudo e 24,8% de homens na mesma faixa. Também se pode ressaltar que nos 13 anos de estudo houve quase um empate entre os gêneros. Os dados mostraram que 1,9% das mulheres possuíam 13 anos de estudo em 2014, enquanto entre os homens a porcentagem foi de 1,8%.

Quanto à categoria sem instrução, percebe-se que 9,6% das mulheres e 10% dos homens se enquadravam nesta condição. Além disso, 8,9% da população de mulheres brasileiras em 2014 possuíam 4 anos de estudo, ao passo que se identificou uma frequência de 9,2% de homens com esta escolaridade. Há que se acrescentar a existência de 9,5% das mulheres e 10,7% dos homens com 8 anos de estudo. Com 15 anos de estudos encontrou-se uma frequência de 11,9% das mulheres e 9,3% dos homens. Percebe-se que mais mulheres que homens auferiram renda do trabalho maior que nove salários mínimos, ao mesmo tempo em que são mais escolarizadas que os homens. Contudo, com tabulações especiais dos dados, observou-se que existem mais mulheres com menor escolaridade auferindo renda do trabalho maior que o contrário.

Gráfico 5 – Renda do trabalho conforme cor da pele (percentuais)

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

Conforme a PNAD (2014), no Brasil existem cinco cores de peles diferentes: os indígenas, os brancos, negros, amarelos e pardos. No Gráfico 5, analisa-se a renda do trabalho de acordo com a variável cor da pele. Ao observar os resultados pode-se concluir que em todas as cores de pele, houve uma maior frequência de indivíduos com renda do trabalho maior que nove salários mínimos, com exceção das pessoas negras. A maior parte destes indivíduos possuía rendimento de um a três salários mínimos 40,5%.

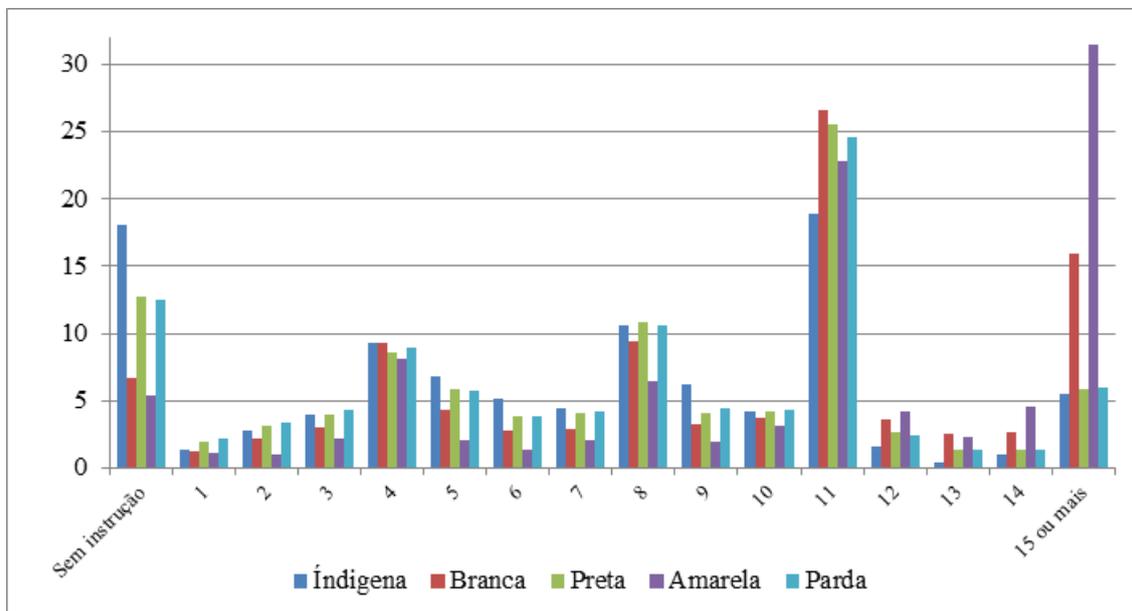
Conforme Abram (2006), as remunerações mensais dos negros são inferiores às dos brancos, inclusive entre aqueles que têm o mesmo nível de escolaridade. Em cada uma das faixas consideradas, até mesmo entre os que têm estudos pós-secundários (11 a 14 e 15 anos e mais), os negros recebem aproximadamente 30% a menos que os brancos.

Quando comparamos mulheres negras com os homens brancos, ambos com faixa de 11 anos de estudo ou mais, as mulheres obtêm apenas 46% do que recebem os homens por horas trabalhadas. Ainda com base no Gráfico 5, vale destacar que, 53% dos indivíduos amarelos possuíam rendimento maior que nove salários mínimos. Em relação às outras cores de pele existentes, a diferença de frequências foi de aproximadamente dez pontos percentuais. As pessoas que se autodeclararam de cor de pele amarela e que possuíam renda maior que nove salários mínimos eram em sua maioria trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores.

Foi feita uma tabulação para saber a renda média de cada raça. A categoria de cor de pele com a maior renda média é a amarela, com renda de R\$ 3.084,48. A segunda maior renda média é a dos brancos, que correspondeu a R\$ 2.058,72. Em seguida, foram os negros com uma renda de R\$ 1.229,35 e os pardos com R\$ 1.225,33.

Por último, destacaram-se os indígenas com renda média do trabalho de R\$1.001,12. No Gráfico 6 verificam-se os anos de estudo conforme as raças.

Gráfico 6- Anos de estudo conforme a cor de pele (percentuais)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

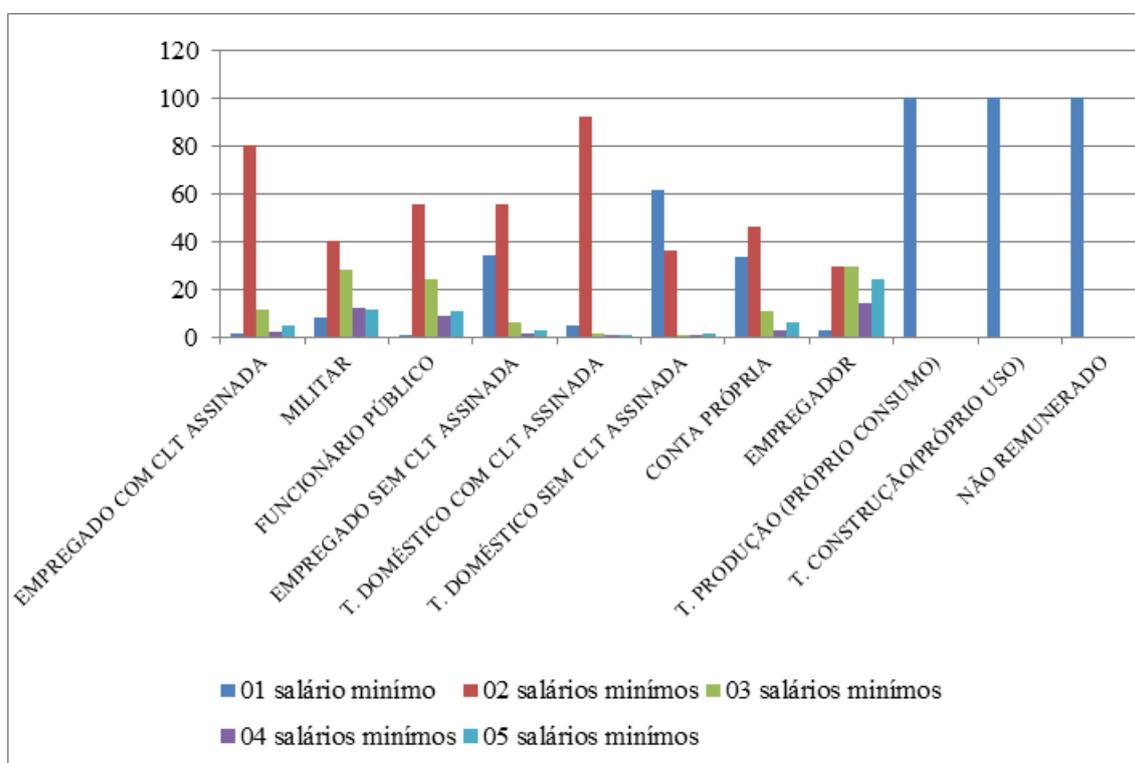
Foram tabuladas as escolaridades médias por cor de pele para afirmar quais das cores de pele são mais escolarizadas. Com essa tabulação se verificou que a raça mais escolarizada era a amarela com uma média de 11,25 anos de estudo. Os brancos apresentaram uma média de 9,98 anos de estudo, os negros de 8,49 anos de estudo, os pardos de 8,47 anos de estudo e, por fim, os indígenas demonstraram uma média de 7,48 anos de estudo. Notou-se que 18,1% dos indígenas não possuíam instrução, seguidos respectivamente pelos negros com 12,8%, pardos com 12,5%, brancos com 6,7% e em último a cor de pele amarela com 5,3%. Na faixa de 11 anos de estudo o maior percentual foi da cor de pele branca 26,6%, seguidos pela cor de pele preta 25,5%, parda 24,6%, amarela 22,8% e indígena 18,8%.

Vale salientar que existia uma considerável parcela de amarelos com 15 anos ou mais de estudo. Ao verificar os dados, a cor de pele amarela possuía uma porcentagem de 31,5% indivíduos com 15 anos ou mais de estudos. Além disso, observa-se que 15,9% dos brancos possuíam esta escolaridade, com uma diferença de quase quinze pontos percentuais entre as frequências relativas a cada categoria. Essa porcentagem da cor de pele amarela nos dados de 15 anos ou mais de estudo, pode responder em parte pela predominância do maior número de indivíduos obtendo uma renda maior que nove salários mínimos. Nessa mesma faixa de anos de

estudos os pardos correspondem a 6%, a cor de pele preta a 5,9% e os indígenas com um percentual de 5,5%.

Em suma, é notável que a escolaridade média dos amarelos seja maior, assim como a renda auferida no trabalho por eles. Além disso, a escolaridade média dos negros, pardos e índios era menor assim como a renda do trabalho obtida por eles também foi menor. Contudo, verificou-se uma grande frequência de indivíduos negros na faixa de 1 a 3 salários mínimos ao passo que em todas as demais raças a maior frequência foi evidenciada na faixa acima de 9 salários mínimos. Na análise gráfica abaixo serão evidenciadas as posições de ocupações em relação à renda de cada trabalhador.

Gráfico 7- Renda conforme a posição na ocupação (percentuais)



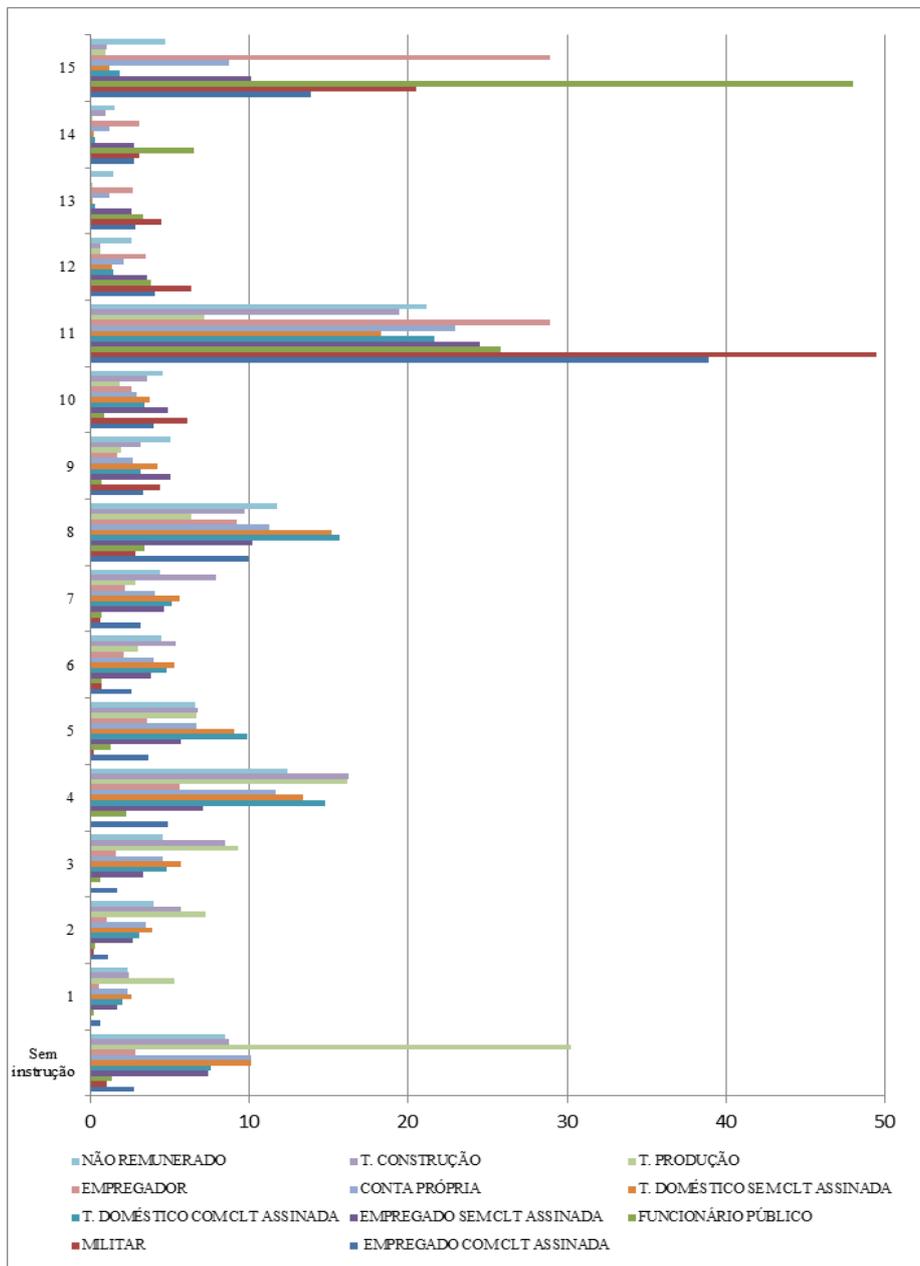
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

Nessa análise foram selecionadas onze categorias de posições de ocupações. De acordo com a representação acima se pode observar que em ocupações como empregado com carteira assinada, militar, funcionário público, empregado sem carteira assinada, trabalhador doméstico com carteira assinada e conta própria houve a predominância da renda obtida de um a três salários mínimos. Existiam 61,6% de trabalhos domésticos sem carteira assinada ganhando renda menor que um salário mínimo. Vale salientar que a maioria dos empregadores 29,4% possuía uma renda de três a seis salários mínimos. Pode-se destacar que diante de todas as posições de

ocupações, os empregadores são os que mais se concentraram na quantia mensal maior que nove salários mínimos, nesse contexto existiam 24,3% de empregadores obtendo esse valor.

Já o restante das ocupações representadas pelos trabalhadores na produção (próprio consumo), trabalhadores na construção (próprio uso) e os que não são remunerados, destacam-se por possuírem renda do trabalho menor que um salário mínimo por mês. No gráfico 8, representado logo abaixo, serão apresentadas as mesmas categorias, mas agora a análise será feita em relação aos anos de estudo.

Gráfico 8 - Anos de estudo segundo a posição na ocupação (percentuais)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD de 2014.

Os dados com mais evidência no gráfico 8 demonstram que a maior parte dos trabalhadores sem instrução era de trabalhadores na produção 30,3%, trabalhadores domésticos sem carteira assinada 10,1%, trabalhadores por conta própria 10,1%. Já a maior frequência de trabalhadores com 11 anos de estudo era de militares 49,5%, empregados com carteira assinada 38,9%, empregadores 29%, e funcionários públicos 25,9%. Quanto aos trabalhadores com 15 anos ou mais de estudos as maiores frequências foram de funcionários públicos 48,0%, empregadores 28,9% e militares 20,5%. Na análise de renda das ocupações observou-se que o trabalhador que produz para seu próprio consumo auferiu constantemente uma quantia menor que um salário mínimo. Com base na escolaridade, esse fato pode ser em parte explicado, pois existiam 30,3% desses trabalhadores que são sem instrução e que possuíam uma escolaridade com menos de um ano de estudo.

Os militares variam constantemente sua renda, ou seja, alguns auferiram 40,0% de um a três salários mínimos e outros auferiram 28,4% de seis a nove salários. Para ingressar na carreira militar é preciso realizar provas de concursos, e com isso é necessário um nível de escolaridade maior, isso se explica o alto índice de militares com 11 anos de estudo, nesse aspecto existiam 49,5% dessas pessoas com esses anos de estudo. O mesmo caso dos militares se aplica nos funcionários públicos, há só uma diferença entre os dois trabalhadores. Entre os funcionários públicos a predominância de frequência se deu nos anos de estudos são de 15 anos ou mais, ou seja, a maioria 48% deles conclui ensino superior e depois fazem pós-graduação. Ao observar o Gráfico 8, verifica-se que os empregadores eram a segunda posição de ocupação com maior concentração de indivíduos no maior nível de escolaridade, ou seja, existiam 29% desses empregadores com 15 anos ou mais de estudo. Todos os dados mencionados na análise podem ser conferidos nos apêndices.

A discriminação no mercado de trabalho está evidente nas análises dos resultados, isso pode ser observado na análise do sexo, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, mas ganham uma renda média menor que os homens. Nas análises por cor de pele observa-se que a escolaridade pode influenciar na renda, necessitando de uma investigação mais detalhada. Já nas posições de ocupações conclui-se que as ocupações mais precárias como trabalhador doméstico sem carteira assinada, trabalhador de construção, trabalhador para o próprio consumo, e os que não possuem nenhum tipo de remuneração são os que possuem maiores frequências com uma renda inferior a um salário mínimo. A categoria com maior renda, os empregadores, não coincide com o maior nível de escolaridade, embora possuam percentuais elevados nas faixas de maior escolaridade.

De acordo com as tabulações de dados, o restante das ocupações como empregado com carteira assinada, militar, funcionário público, empregado sem

carteira assinada, trabalhador doméstico com carteira assinada, empregador e conta própria tem como predominância uma renda mensal de um a três salários mínimos. Na análise feita no Brasil todo sem determinar faixas, conclui-se que não se pode afirmar que a escolaridade tem consequências tão claras como demonstra a Teoria do Capital Humano na renda do trabalho obtida pela população.

5. Considerações finais

A Teoria do Capital Humano é enfatizada nas relações de desenvolvimento econômico e da educação. O resultado da educação pode ser evidenciado na renda do trabalhador e sua participação no processo de desenvolvimento econômico. Diante disso, este estudo teve como objetivo verificar se os trabalhadores brasileiros que possuem maior nível de escolaridade auferem maior renda por meio do trabalho no ano de 2014. Segundo Schultz (1963), a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo.

Este estudo mostrou uma breve discussão sobre o Modelo Clássico, na qual apresentou a caracterização do mercado de trabalho, seu funcionamento e suas condições. Logo em seguida foi apresentada a Teoria Geral de Keynes, em que ressaltou críticas ao Modelo Clássico. Com o levantamento da Teoria de Keynes pode-se observar que os trabalhadores não têm a opção entre trabalhar e não trabalhar, o que faz cair por terra o conceito de desemprego voluntário. A grande maioria não pode fazer essa escolha, ou seja, muitos trabalham por uma questão de sobrevivência. Alguns autores discordam da Teoria do Capital Humano, pois revelaram que independentemente do mercado determinar uma mão de obra escolarizada, não pode se afirmar que a educação traga necessariamente um aumento no salário da população.

Foi feita uma análise de resultados de relação com a renda do trabalho e anos de estudos baseando-se nos sexos, raças e posições de ocupações. No estudo envolvendo os sexos, pôde-se observar que os dados contrariaram a Teoria do Capital Humano, pois de acordo com a tabulação de dados as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas detêm uma renda média inferior a dos homens. Já com relação às análises de cor de pele conclui-se que a escolaridade de alguma forma é importante na renda, pois observou que as cores de pele associadas à maior escolaridade são as que adquirem maior renda. No que tange à posição na ocupação, infere-se que os empregadores possuem as maiores rendas, mas não são eles necessariamente os mais escolarizados.

Na análise feita no Brasil com relação à renda e os anos de estudos, pode-se concluir que a escolaridade nem sempre é consequência de uma renda maior, isso pode ser verificado através dos dados das pessoas que não tem nenhum ano de estudo, a maioria delas ganham uma renda maior que nove salários mínimos, ou seja, a porcentagem de pessoas sem nenhum ano de estudo que auferem uma renda maior que nove salários mínimos são bem maiores em relação aos outros anos de estudos que foram analisados. No desdobramento deste estudo observou que a escolaridade não foi um fator determinante para o aumento da renda, já em outra análise a escolaridade é fundamental para o ganho da renda. Diante disso, vale salientar que a sociedade deve conscientizar-se que mesmo com os resultados da pesquisa é importante que estudem e se aperfeiçoem, e façam com que o seu desenvolvimento seja contínuo.

6. Referências

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Manual de Economia In: Pinho, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio S. (Orgs.). **Manual de Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004, p. 381-405.

CURI, Andréa Zaitune; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 36, n. 4, p. 867-899, 2006.

DA SILVA, Edilaine Cristina; LENARDÃO, Edmilson. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo**. Londrina, 2009. Monografia (conclusão do curso de Pedagogia). Universidade Estadual de Londrina.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 97, 2005.

FROYEN, Richard T. (1999). **Macroeconomia**. Trad. Sob a direção de Esther E.H. Herskovitz, Cecília C. Bartalotti; revisão técnica de Roland Veras Saldanha Jr. 5. ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

IBGE, PNAD; IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>. Acesso em 12/08/2016.

KELNIAR, Vanessa; LOPES, Janete; PONTILI, Rosangela. A Teoria do Capital Humano: Revisitando Conceitos. **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. Paraná: Fundação Araucária, 21-25, Outubro 2013.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda**. Tradução Sob a direção de Mário R. da Cruz; revisão técnica Cláudio Roberto Contador. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2009.

LETELIER, G. Maria E.; EUGENIA, Maria. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 107, p. 133-148, 1999.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, p. 1-43, 2001.

Disponível em:

<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/publicacoes/A%20Evolucao%20da%20educacao%20no%20Brasil%20e%20seu%20impacto%20no%20Mercado%20de%20trabalho.pdf/view>. Acesso em: 05 jun. 2016.

MOCHON, Francisco (1950). **Introdução à Economia**. Tradução e revisão técnica sob a direção de Roberto Luís Troster. São Paulo: Makron Books, 1994.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**, v. 87, n. 25, 2004.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.

SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Trad. de P.S. Werneck. **Rev. Técnica de C.A. Pajuaba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SICSÚ, João. Keynes e os novos-keynesianos. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, p. 74, 1999.

SOUZA, Edicleia Lopes da Cruz; SOUZA, Edinéia Lopes da Cruz. Caracterização socioeconômica do mercado de trabalho de Corumbataí do Sul. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 3, n. 2, p. 69-84, 2013.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. (1993). **Introdução à Microeconomia**. Trad. sob a direção de Helga Hoffmann; revisão técnica de Mariana Pessoa Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.